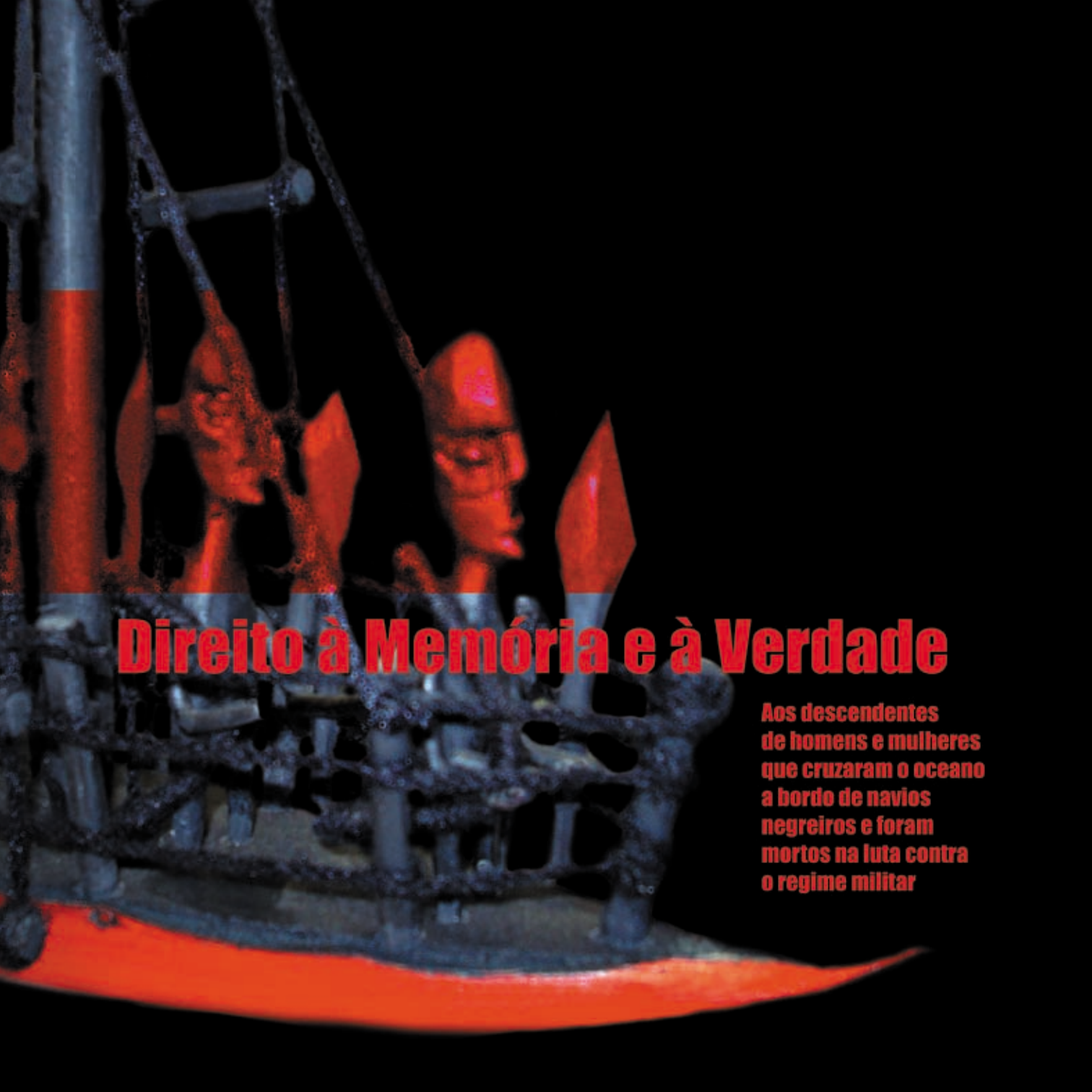




Direito à Memória e à Verdade

**Aos descendentes
de homens e mulheres
que cruzaram o oceano
a bordo de navios
negreiros e foram
mortos na luta contra
o regime militar**

MÚSICA DE JOÃO BOSCO E ALDIR BLANC EM HOMENAGEM A REVOLTA DA CHIBATA

Mestre-Sala dos Mares”, de João Bosco e Aldir Blanc, composto nos anos 70, imortalizou João Cândido e a Revolta da Chibata. Como diz a música, seu monumento estará para sempre “nas pedras pisadas do cais”. A mensagem de coragem e liberdade do “Almirante Negro” e seus companheiros resiste.

O Mestre Sala dos Mares

(João Bosco / Aldir Blanc)
(letra original sem censura)

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo **marinheiro**
A quem a história não esqueceu
Conhecido como o **almirante** negro
Tinha a dignidade de um mestre sala
E ao navegar pelo mar **com seu bloco de fragatas**
Foi saudado no porto pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas
Rubras cascatas jorravam das costas
dos negros **pelas pontas das chibatas**
Inundando o coração de toda tripulação
Que a exemplo do **marinheiro** gritava então
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias
Glória à farofa, à cachaça, às baleias
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais
Salve o **almirante** negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais
Mas faz muito tempo

O Mestre Sala dos Mares

(João Bosco / Aldir Blanc)
(letra após censura durante ditadura militar)

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo **feiticeiro**
A quem a história não esqueceu
Conhecido como o **navegante** negro
Tinha a dignidade de um mestre sala
E ao acenar pelo mar **na alegria das regatas**
Foi saudado no porto pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas
Rubras cascatas jorravam das costas
dos santos **entre cantos e chibatas**
Inundando o coração do pessoal do porão
Que a exemplo do **feiticeiro** gritava então
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias
Glória à farofa, à cachaça, às baleias
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais
Salve o **navegante** negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais
Mas faz muito tempo



Aos herdeiros de João Cândido

Duzentas e cinqüenta chibatadas. Nem uma a mais, nem uma a menos. As últimas, desferidas sobre retalhos de carne em um homem inconsciente, no caso um negro de nome Marcelino, embarcado no encouraçado Minas Gerais. Apesar da escravidão ter sido abolida há mais de duas décadas no Brasil, a cena era comum, pois assim se punia na Marinha. A partir daquele 22 de novembro de 1910, porém, gritou-se um basta.

Liderados por João Cândido, os marinheiros se amotinaram. No final da tarde, eles tomaram de assalto os principais navios da marinha de guerra brasileira e ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro caso o tratamento não fosse humanizado, extinguindo-se a prática do açoitamento. A chamada Revolta da Chibata eternizou a história de João Cândido, o Almirante Negro. Mais do que sua estatura de colosso, perdurou sua estatura moral que o transformou em símbolo nacional da luta por dignidade e até em letra de uma das mais belas músicas nacionais, de Aldir Blanc e João Bosco.

Esta publicação é uma homenagem aos herdeiros de seus ideais. Aos descendentes de Zumbi dos Palmares e de tantos homens e mulheres que cruzaram o oceano em navios negreiros e lutaram contra a escravidão, o preconceito, a violência e a ditadura. Uma gente que teve ancestrais escravos, mas morreu lutando por liberdade.



JOSÉ DE SOUZA (1931-1964)

Filiação: Nair Barbosa de Souza e Alcides de Souza

Data e local de nascimento: 1931, local não definido

Data e local da morte: 17/04/1964, Rio de Janeiro (RJ)

Membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro. Foi preso e conduzido ao DOPS/RJ, no dia 08/04/1964, para averiguações. A versão oficial foi de que cometeu suicídio nove dias depois, atirando-se pela janela do terceiro andar do prédio da Polícia Central do Rio de Janeiro. Em depoimento à Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB estadual, em 04/12/1995, José Ferreira, preso no mesmo local, contou ter presenciado a chegada de José de Souza, que ficou muito nervoso com os constantes gritos e tiros de metralhadora, mas, principalmente, por ver presos voltarem desmaiados após depoimentos. Na madrugada de 17 de abril, os agentes policiais acordaram os encarcerados, informando-os que Souza estava morto no pátio do DOPS. O corpo foi retirado do IML e enterrado em 18/04/1964.



PEDRO DOMIENSE DE OLIVEIRA (1921-1964)

Filiação: Januária Domiense de Oliveira e João Fagundes de Oliveira

Data e local de nascimento: 14/05/1921, Salvador (BA)

Data e local da morte: 07 ou 09/05/1964, Salvador (BA)

Pedro recebeu ordem de prisão no dia 04/05/1964, na sede dos Correios, em Salvador, onde trabalhava. Segundo a versão oficial, suicidou-se no Quartel da 6ª Região Militar, no dia 09/05, mas uma testemunha indica taxativamente o dia sete como data de seu falecimento. De acordo com o laudo do legista, ele morreu por “intoxicação aguda exógena”. O exame cadavérico feito pelo IML menciona a presença de substâncias utilizadas em raticidas ou inseticidas. No mesmo processo, a testemunha Washington José de Souza, companheiro de prisão Domiense, garante tê-lo visto após sessões de tortura. Natural de Salvador, Pedro foi presidente da Associação dos Posseiros do Nordeste de Amaralina, da Sede Beneficente dos Moradores de Ubaranas e das Classes Fardadas do Departamento de Correios e Telégrafos de Salvador (BA). Começou a militância política no Colégio Central da Bahia, tendo cursado Ciências e Letras. Interrompeu os estudos em função de perseguições políticas. Vinculado ao jornal O Momento, do PCB, foi espancado quando o Exército efetuou uma ocupação da sede do periódico. Sua detenção, efetuada por dois soldados do Exército, diante dos Correios e Telégrafos, foi presenciada por Maria Helena dos Santos. Segundo ela, os militares informaram que ele seria interrogado no Quartel general da 6ª Região Militar. Maria Helena informou a família e conseguiu ordem para visitá-lo no Pronto-Socorro Getúlio Vargas, onde Oliveira morreu, às 15h10min do dia 7 de maio de 1964.



DILERMANO MELLO DO NASCIMENTO (1920-1964)

Filiação: Olga Mello do Nascimento e

Manoel Roberto do Nascimento

Data e local de nascimento: 09/2/1920, Paraíba

Data e local da morte: 15/08/1964, Rio de Janeiro (RJ)

Dilermano Mello do Nascimento era chefe da Divisão de Administração do Ministério da Justiça, quando foi preso no Rio de Janeiro, no dia 12/08/1964, para responder a inquéritos presididos pelo comandante da Marinha de Guerra, José de Macedo Corrêa Pinto, e pelo coronel do Exército Waldemar Raul Turola. Morreu três dias depois. De acordo com a versão oficial, Dilermano teria se jogado do quarto andar do próprio Ministério da Justiça, onde era interrogado, deixando um bilhete com o seguinte texto: “basta de tortura mental e desmoralização”. A causa mortis foi determinada como “esmagamento do crânio”. Mas um laudo posterior revelou que não houve elementos capazes de fundamentar o suicídio, sequer marcas no parapeito da janela, de onde teria saltado. Paraibano de nascimento e 1º tenente da Reserva do Exército, Dilermano esteve na Força Expedicionária Brasileira, embarcando para a Itália em 1944. Participou da célebre Batalha de Monte Castelo e retornou ao Brasil em 1945. Economista, integrou a equipe da Sudene e fez cursos na Cepal. Entregue à família, seu corpo foi sepultado no Cemitério São João Batista, mas a viúva, Natália de Oliveira Nascimento, nunca aceitou a versão policial. Jorge Thadeu Melo do Nascimento, filho de Dilermano, garante que o capitão-de-mar-e-guerra Correia Pinto, responsável pelo interrogatório, o levou ao local da prisão, mas, em vez de deixá-lo ver o pai, limitou-se a gritar ameaças, possivelmente para que o preso ouvisse: “Se seu pai não confessar, não sairá vivo daqui e quem vai pagar por tudo é a família”. No dia seguinte, Dilermano estava morto. O laudo pericial concluiu, por exclusão de provas, que ele foi induzido a saltar da janela, após longo interrogatório.



JOÃO ALFREDO DIAS (1932-1964)

Filiação: Amélia Gonçalves Dias e Alfredo Ulisses Gonçalves

Data e local de nascimento: 23/06/1932, Sapé (PB)

Data e local do desaparecimento: setembro de 1964, João Pessoa (PB)

João Alfredo, sapateiro e trabalhador rural, era militante do PCB, tendo participado da organização das Ligas Camponesas de Sapé. Antes de 1964, foi preso várias vezes devido a sua liderança. Nas eleições municipais de 1963, elegeu-se vereador em Sapé, com mais de três mil votos - um dos mais votados da região. Logo após o golpe que depôs o presidente Goulart, João Alfredo foi preso, torturado e ficou detido até setembro de 1964, quando desapareceu. O nome de João Alfredo foi incluído entre os 136 desaparecidos da lista anexa à Lei nº 9.140/95, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes de opositores políticos no enfrentamento do regime militar.



NEWTON EDUARDO DE OLIVEIRA (1921 - 1964)

Filiação: Aurora Luiza Galvão e Abelardo Augusto de Oliveira

Data e local de nascimento: 13/10/1921, Recife (PE)

Data e local da morte: 01/09/1964, Rio de Janeiro (RJ)

Newton teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar em 10/04/1964, por suas atividades como líder sindical. Pela versão oficial, teria cometido suicídio em 01/09/1964 e deixado uma carta destacando sua luta de doze anos por um Brasil melhor. Nessa mensagem de despedida - publicada no jornal Última Hora em 04/09/1964 - afirmava só lhe restarem duas saídas: a morte ou a prisão. Afirmava a inocência da família e pedia que não fosse cometida nenhuma injustiça contra ela. O corpo de Newton entrou no IML/RJ com guia do Hospital Miguel Couto. O laudo do legista apontava como causa mortis “ruptura do fígado, pâncreas, rins e veia renal esquerda, hemorragia interna e anemia aguda conseqüente”. No Arquivo do DOPS/RJ, consta que, em 1963, Newton teria assumido a presidência da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, fazendo parte do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Clodesmidt Riani, destacado dirigente sindical da época, afirmou em depoimento que Newton Eduardo de Oliveira nunca demonstrou qualquer perturbação mental capaz de justificar o suicídio, sendo um líder de projeção nacional, sempre responsável por cargos de representação dos trabalhadores.



JORGE APRÍGIO DE PAULA (1938 - 1968)

Filiação: Geralda Maria de Jesus e Joaquim Paula

Data e local de nascimento: 10/02/1938, Rio de Janeiro (RJ)

Data e local da morte: 02/04/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Jorge Aprígio era operário e estava entre os manifestantes que protestaram publicamente contra a morte do estudante Edson Luiz Lima Souto, ocorrida quatro dias antes, no Rio de Janeiro, quando foi morto ao ser atingido por um tiro. Naquele 1º de abril de 1968, soldados da Polícia do Exército abriram fogo contra uma passeata que se aproximou do Palácio de Laguna, residência do ministro da Guerra, na rua general Canabarro. O corpo de Jorge Aprígio deu entrada no IML no dia 02/04/1964.

HAMILTON FERNANDO CUNHA (1941-1969)

Filiação: Filomena Maria Rosa e Fernando Manoel Cunha

Data e local de nascimento: 1941, Florianópolis (SC)

Data e local da morte: 11/02/1969, São Paulo (SP)

Hamilton Fernando Cunha, conhecido como “Escoteiro”, era catarinense, operário da indústria gráfica. Foi morto em 11/02/1969, por policiais do DOPS/SP, no seu local de trabalho, a Gráfica Urupês, localizada no bairro paulis-



tano da Mooca. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, Hamilton participava do cotidiano cultural e intelectual de São Paulo, atuando em grupos de teatro e emprestando sua bela voz de tenor a um coral. Naquele início de fevereiro de 1969, quando uma onda de prisões logo após o AI-5 atingiu a rede de apoio da VPR, Hamilton compartilhava residência com outros dirigentes da organização, entre eles Carlos Lamarca. Preocupado com a possibilidade de ser identificado pelos órgãos de segurança, Hamilton resolveu se demitir da gráfica. Mas, ao comparecer ao local para assinar a rescisão trabalhista, foi preso e morto.

Como em outros casos similares, a versão oficial foi de que Hamilton teria morrido durante tiroteio. Porém, documentos do próprio DOPS/SP registravam os antecedentes da operação policial e informavam que ele deixara sua arma na entrada da gráfica. Além disso, o laudo necroscópico descreve um único tiro.

GERALDO BERNARDO DA SILVA (1925-1969)

Filiação: Erotilde Malta da Silva e João Ricardo da Silva

Data e local de nascimento: 20/08/1925, Minas Gerais

Data e local da morte: 17/07/1969, Rio de Janeiro (RJ)

Ascensorista da Rede Ferroviária Federal, onde trabalhou por 19 anos, foi preso na madrugada de 08/07/1969, quando uma patrulha do Exército invadiu sua casa. Levado para a Vila Militar de Deodoro, foi liberado alguns dias depois. Segundo sua esposa Iraci de Lima Silva, a partir desse episódio passou a mostrar-se nervoso e irritado. No dia 17/07/1969, a família levou-o ao serviço médico da Rede Ferroviária Federal, no 19º andar do edifício sede no Rio de Janeiro. Geraldo disse, então, que precisava ir ao banheiro. Como custasse a voltar, a esposa saiu à sua procura. Constatou, então, que ele havia se jogado pela janela. Geraldo foi membro do comitê sindical dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil e participou ativamente das mobilizações em defesa das Reformas de Base, antes de 1964.



CARLOS MARIGHELLA (1911-1969)

Filiação: Maria Rita do Nascimento Marighella e Carlos Augusto Marighella

Data e local de nascimento: 05/12/1911, Salvador (BA)

Data e local da morte: 04/11/1969, São Paulo (SP)

Líder da Ação Libertadora Nacional – ALN, considerado inimigo número 1 do regime militar em 1969, foi atingido na aorta por uma bala disparada a queima-roupa, e não por projéteis desferidos à distância em um tiroteio, como alegaram os órgãos de segurança. Dirigente comunista conhecido nacionalmente, vivia na clandestinidade quando foi morto na alameda Casa Branca, em São Paulo, no dia 04/11/1969. Baiano de Salvador, filho de um imigrante italiano e de uma negra descendente de escravos, passou



por diversas prisões desde 1932. Foi eleito deputado pelo Partido Comunista à Constituinte de 1946. Celebrizou-se pelos inflamados discursos e por ter ocupado a tribuna 195 vezes em apenas dois anos. Perdeu o mandato quando o governo Dutra cassou o registro legal do partido e militou na clandestinidade até a sua morte. Em 1967, rompeu com a direção do PCB e passou a dedicar-se a atividades de resistência armada, criando uma organização político-militar que em 1969 adotaria o nome ALN. Carlos Marighella foi enterrado sem atestado de óbito. A emboscada, de proporções cinematográficas, envolveu cerca de 150 agentes policiais equipados com armamento pesado, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS que respondeu a inúmeros processos por liderar um grupo de extermínio auto-intitulado Esquadrão da Morte. Entre as evidências inquestionáveis, um parecer médico legal confirmou: o corpo não poderia estar na posição em que se encontrava nas fotos, dentro do carro, caso a versão oficial correspondesse à realidade.



MARCOS ANTÔNIO DA SILVA LIMA (1941-1970)

Filiação: Clarice da Silva Lima e Joaquim Lucas de Lima

Data e local de nascimento: 21/10/1941, João Pessoa (PB)

Data e local da morte: 14/01/1970, Rio de Janeiro (RJ)

Marcos Antônio foi um dos fundadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Fez oposição ao golpe militar desde o início e, por esse motivo, passou à clandestinidade. Na noite de 13/01/1970 foi emboscado por agentes de segurança em um prédio de apartamentos. Abandonado sem identificação no Hospital Souza Aguiar, morreu com uma bala na cabeça. Sua mulher recebeu por telefone a notícia da morte. Junto, veio a ameaça para que ficasse calada até a publicação do fato, caso contrário, ela própria seria interrogada. A nota oficial do comando da 1ª Região Militar, divulgada somente uma semana depois, informava que Marcos Antônio morrera durante um tiroteio.

Paraibano de João Pessoa, Marcos Antonio ingressou na Marinha em 1958 e logo se tornou líder sindical. Às vésperas do movimento que depôs João Goulart, esteve entre os 1.113 marinheiros que se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e tiveram prisão decretada por insubordinação. Exilou-se na Embaixada do México e de lá seguiu para Cuba. Apesar de estar com prisão decretada, retornou ao Brasil, vivendo em Mato Grosso e militando no MNR. Preso em São Paulo, foi transferido para a Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro, em 1967. Nesse presídio nasceu uma nova organização, o Movimento de Ação Revolucionária – MAR que protagonizou audaciosa fuga em 1969. Depois disso, Marcos e a maior parte desse grupo se engajou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR. As circunstâncias de sua morte foram esclarecidas por Ângela Camargo Seixas, sendo ambos baleados por agentes da repressão política ao retornarem a sua casa, às 23 horas do dia 13.



ALCERI MARIA GOMES DA SILVA (1943-1970)

Data e local de nascimento: 25/05/1943, Cachoeira do Sul (RS)

Filiação: Odila Gomes da Silva e Oscar Tomaz da Silva

Data e local do desaparecimento: 17/05/1970, São Paulo (SP)

Militante da VPR, Alceri Maria Gomes da Silva foi morta no dia 17/05/1970, em São Paulo. Gaúcha, de Cachoeira do Sul, Alceri trabalhava no escritório da fábrica Michelletto, em Canoas, onde começou a participar do movimento operário e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Em setembro de 1969, visitou sua família em Cachoeira do Sul para informar que estava de mudança para São Paulo, engajada na luta contra o regime militar. No dia em que foi morta, Alceri estava acompanhada de Antônio dos Três Reis de Oliveira, da ALN, desaparecido político desde essa mesma data. Abalada, a família de Alceri sofreu um processo de desestruturação. Deprimido, o pai faleceu em menos de um ano, sendo que a irmã, Valmira, também militante política, suicidou-se ingerindo soda cáustica.



EDSON NEVES QUARESMA (1939-1970)

Filiação: Josefa Miranda Neves e Raimundo Agostinho Quaresma

Data e local de nascimento: 11/12/1939, Apodi (RN)

Data e local da morte: 05/12/1970, São Paulo (SP)

No dia 05/12/1970, Edson - líder sindical entre os marinheiros antes de 1964 - e Yoshitane Fujimori, ambos militantes da VPR, foram interceptados por disparos de uma patrulha do DOI-CODI/SP. Um motorista de táxi, que assistiu a cena, contou que Fujimori, caiu no meio da praça e Quaresma numa rua de acesso, sendo então carregado por dois policiais e agredido até a morte. Foi sepultado como indigente e com nome falso no Cemitério de Vila Formosa. O laudo registra que apenas uma das cinco balas encontradas em seu corpo atingiu as costas. As outras quatro atingiram o crânio, tendo uma delas perfurado o ouvido direito. Esse exame desmente a versão oficial do aparelho de repressão do regime militar, pois é praticamente impossível em um tiroteio, alguém ser alvejado quatro vezes na cabeça.

Edson Quaresma fez os primeiros anos de estudo em Natal e, em 1958, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Recife, da qual saiu como grumete em 1959, sendo, em seguida, transferido para o Rio de Janeiro. Foi tesoureiro da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Após a deposição de João Goulart, expulso da Armada, ficou preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, durante um ano e dois meses. A partir de 1965, passou a atuar na clandestinidade, vinculado ao Movimento Nacional Revolucionário – MNR, de orientação brizolista. Viajou para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha. Já integrado à VPR, voltou ao Brasil em 1970.





RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA (1948-1971)

Filiação: Maria Francisca de Jesus e Pedro Eduardo

Data e local de nascimento: 23/03/1948, Formiga (MG)

Data e local da morte: 05/01/1971, São Paulo (SP)

Raimundo era estudante e operário. Natural de Formiga (MG), tornou-se militante da Ação Popular na cidade de Mauá, no ABC paulista. Desde bem jovem, lutou por justiça social, atuando no grupo de jovens católicos orientados pela Teologia da Libertação. O jovem estava internado em uma casa de saúde da Samcil, de São Paulo quando foi levado por agentes dos órgãos de segurança, no dia 22/12/1970. Ele acabara de sofrer duas cirurgias, após levar uma facada por defender um colega em uma briga. Seu estado de saúde era precário, mas, mesmo assim, passou por sessões de tortura no DOI-CODI/SP. Morreu no Hospital Geral do Exército, no bairro do Cambuci, em 05/01/1971. A necropsia realizada no IML/SP, em 22/01/1971, atestou como causa mortis “peritonite”. Seu assassinato causou profunda revolta. O lendário militante Herbert José de Souza, o Betinho, que convivera com ele na militância da AP, escreveu um texto emocionado a respeito. E o padre Giulio Vicini e Yara Spadini – ambos assessores de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo metropolitano de São Paulo e símbolo da luta pelos Direitos Humanos durante o regime militar – foram presos e torturados porque portavam impressos denunciando o assassinato de Raimundo.



ODIJAS CARVALHO DE SOUZA (1945-1971)

Filiação: Anália Carvalho de Souza e Osano Francisco de Souza

Data e local de nascimento: 21/10/1945, Atalaia (AL)

Data e local da morte: 08/02/1971, Recife (PE)

Militante do PCBR, Odijas era líder estudantil na Universidade Rural de Pernambuco, onde cursava Agronomia, vendia livros e dava aulas particulares. Ele recebeu ordem de prisão em 30/01/1971, na praia pernambucana de Maria Farinha. Há inúmeros depoimentos detalhando as torturas a que foi submetido, na Delegacia de Segurança Social do Recife. Outros presos políticos identificaram nominalmente e denunciaram os dez policiais responsáveis por seu assassinato. Em estado de coma, Odijas deu entrada no Hospital da Polícia Militar de Pernambuco em 6 de fevereiro, morrendo dois dias depois. A divulgação oficial de sua morte foi feita somente no dia 28 de fevereiro, alegando-se causa natural. Ao ser enterrado no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, identificaram-no com o nome falso de Osias de Carvalho Souza.

Embora o médico legista Ednaldo Paz de Vasconcelos tivesse atestado embolia pulmonar como causa mortis, Odijas apresentava várias fraturas de ossos, ruptura de rins, baço e fígado. A advogada Mércia Albuquerque conseguiu vê-lo no hospital, onde entrou disfarçada de enfermeira, encontrando Odijas divagando e golfando sangue.



JOEL VASCONCELOS SANTOS (1949-1971)

Filiação: Elza Joana dos Santos e João Vicente

Vasconcelos Santos

Data e local de nascimento: 09/08/1949, Nazaré (BA)

Local e data do desaparecimento: 15/03/1971, Rio de Janeiro

Nascido na Bahia, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde estudou contabilidade e participou do movimento estudantil. Presidiu a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas e participou da diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Ao ser preso, estava vinculado à União da Juventude Patriótica, organizada pelo PCdoB. Na ocasião transitava junto com Antônio Carlos de Oliveira da Silva nas imediações do Morro do Borel, quando uma ronda policial abordou-os, sob a alegação de buscar traficantes de drogas. Depois disso, nunca mais foi visto pela família. Elza Joana, mãe de Joel, tentou por todos os meios localizar o filho. Após enviar uma carta ao general Médici, recebeu a visita de agentes do DOPS, que a levaram até o gabinete do general Sizen Sarmento, comandante do I Exército. Ele prometeu esclarecer o episódio, mas nada informou.

Antonio Carlos, o companheiro preso com Joel, contou que ambos foram levados ao 6º Batalhão da PM, depois ao quartel da PM e, por fim, à Polícia do Exército, onde passaram por incontáveis sessões de tortura. Em depoimento no livro Desaparecidos Políticos, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, Silva relatou: “Era pau-de-arara, choque e tudo o mais. Um mês nesse sofrimento e nós já estávamos com queimaduras por todo o corpo em virtude dos choques elétricos. Levaram então o Joel para a ‘esticadeira’, com uma pedra amarrada nos testículos.”. De acordo com outra testemunha, Luiz Artur Toríbio, um policial teria lhe dito que “se não confessasse teria o mesmo fim que ‘Joel Moreno’, que foi morto por policiais do DOI do RJ”.



GERSON THEODORO DE OLIVEIRA (1947-1971)

Filiação: Maria de Lourdes Oliveira e Geraldo Theodoro de Oliveira

Data e local de nascimento: 31/08/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Data e local da morte: 22/03/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Integrante da VPR, morreu no Rio de Janeiro, em 22/03/1971, nas dependências do DOI-CODI. Gerson era carioca, mas tinha feito seus estudos secundários em São Paulo. Estudou no Cursinho do Grêmio, em 1968, e trabalhou na Companhia Siderúrgica Nacional, escritório de São Paulo, mas, em 1969 abandonou o emprego por perseguição política. Desde então, vivia na clandestinidade. Foi preso junto com Maurício Guilherme da Silveira, sob acusação de ter participado de várias ações armadas, inclusive dos seqüestros dos embaixadores alemão e suíço. Os jornais divulgaram nota oficial, em 23/03/1971, informando que, às 11 horas da manhã do dia anterior, na esquina da avenida Suburbana com a rua Cupertino, em Madureira, os dois militantes teriam



reagido com armas de fogo ao receberem voz de prisão, morrendo ambos em consequência da troca de tiros com a polícia. As certidões de óbito de ambos desmentem a versão oficial, pois informam o local da morte como sendo a rua Barão de Mesquita, 425 – sede do 1º Batalhão da Polícia do Exército, ou seja, o próprio endereço do DOI-CODI/RJ. No exame cadavérico de Gerson - identificado com o nome falso de Pedro de Castro Corrêa - consta: “na metade esquerda da região frontal existe ferida alongada e rasa, de bordas irregulares”. O único tiro descrito, apesar do alegado tiroteio, foi dado pelas costas.



ABÍLIO CLEMENTE FILHO (1949-1971)

Filiação: Maria Helena Correa e Abílio Clemente

Data e local de nascimento: 17/04/1949, São Paulo (SP)

Data e local do desaparecimento: 10/04/1971, Santos (SP)

Abílio era aluno do 4º ano de Ciências Sociais em Rio Claro, interior de São Paulo, e ativista do Movimento Estudantil. Desapareceu no dia 10/04/1971, quando caminhava com um amigo na praia José Menino, em Santos (SP). Existem pouquíssimos vestígios sobre o destino do estudante. Joana D’Arc Gontijo, presa no DOI-CODI/SP na época, garante ter ouvido gritos de homem durante toda a noite, na mesma data da prisão de Abílio. Porém nunca conseguiu confirmar a identidade do companheiro de cárcere que, ao que tudo indica, foi torturado até a morte. O caso de Abílio passou pela Comissão de Indenização dos Presos Políticos do Estado de São Paulo, sendo deferido. Considerou aquela comissão que “do conjunto dos indícios apresentados e do conhecimento dos procedimentos dos órgãos de repressão, era possível concluir pelo desaparecimento por razões políticas de Abílio Clemente Filho”. No processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CMDP, criada pela Lei 9140, de 1995, além do testemunho de Joana D’Arc, consta o depoimento do deputado estadual paulista Antônio Mentor, companheiro de Abílio na república estudantil em Rio Claro, que garantiu: “Abílio Clemente desapareceu quando em viagem a Santos, no dia 10/04/1971. Estava envolvido no Movimento Estudantil e chegou a participar de organização clandestina de combate à ditadura”.



MARIANO JOAQUIM DA SILVA (1930-1971)

Filiação: Maria Joana Conceição e Antônio Joaquim da Silva

Data e local de nascimento: 02/05/1930, Timbaúba (PE)

Data e local do desaparecimento: 31/05/1971, no Rio de Janeiro

Dirigente da VAR-Palmares, conhecido como Loyola, foi preso por agentes do DOI-CODI em 01/05/71, na estação rodoviária de Recife, sendo levado para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo. De volta ao Rio, nunca mais foi visto. Em depoimento público, a presa política Inês Etienne Romeu garantiu ter estado com



Mariano no sítio clandestino de Petrópolis (RJ), conhecido como “Casa da Morte”. Na ocasião ele lhe relatou que permaneceu 24 horas preso em Recife, de onde chegou com o corpo em chagas. Em Petrópolis, fora interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, comer ou beber. Inês afirmou, ainda, que na madrugada de 31 de maio ouviu uma movimentação estranha e percebeu que ele estava sendo removido. No dia seguinte, indagou a seus carcereiros sobre Mariano, sendo informada a respeito da transferência dele para o quartel do Exército no Rio de Janeiro. Em princípio de julho, o carcereiro avisou Inês sobre a execução de Mariano.

Filho de uma família camponesa pobre, começou a trabalhar aos 12 anos como assalariado agrícola e, em seguida, como operário da indústria de calçados. Casou-se com Paulina Borges da Silva, com quem teve sete filhos. Militante do PCB a partir dos anos 50, foi secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba e membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas. Em 1963, instalou-se em Brasília, onde participou no apoio à rebelião dos sargentos da Aeronáutica, em setembro daquele ano. Após a deposição de João Goulart, em 1964, mudou-se com a família para Goiás, onde trabalhou na agricultura. Em 1966, foi decretada sua prisão preventiva e, desde então, passou a viver na clandestinidade. Militou anteriormente no PCdoB e na AP.



JOSÉ MILTON BARBOSA (1939-1971)

Filiação: Maria das Dores de Paulo

Data e local de nascimento: 22/10/1939, Bonito (PE)

Data e local da morte: 05/12/1971, São Paulo (SP)

José Milton era sargento radiotelegrafista do Exército e dirigente da ALN, sendo considerado uma das 21 pessoas mais procuradas do país na época da sua prisão e morte, ocorrida na capital paulista em 05/12/1971. Antes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos analisar o caso, a única informação a respeito de José Milton, era a de que morrera em tiroteio no bairro Sumaré, sendo enterrado como indigente em Perus, sob o nome falso de Hélio José da Silva. Nos arquivos secretos do DOPS/SP, porém, foram descobertos documentos que registravam uma diferença de cinco horas entre a troca de tiros e a entrada do corpo no IML. Este detalhe, combinado com a análise do laudo necrológico e da foto do corpo, mostrou a falsidade da versão oficial, bem como a ocorrência de tortura.

Pernambucano de Bonito, foi cassado em 1964. Em 1967, ingressou no curso de Economia da antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ, onde estudou até o 3º ano, quando foi forçado a entrar para a clandestinidade. Até fevereiro de 1969, trabalhou na SUNAB. Militou no PCB, transferiu-se ao PCBR e teve breve passagem pelo MR-8, antes de ingressar na ALN.



AMARO FELIX PEREIRA (1929-1972)

Filiação: Caitana Maria da Conceição e Félix Pereira da Silva

Data e local de nascimento: 10/05/1929, Rio Formoso (PE)

Data e local do desaparecimento: 1971/1972

Conhecido como Procópio em sua militância no Partido Comunista Revolucionário -PCR, era casado com Maria Júlia Pereira e pai de 10 filhos. Em 20/1/1970, Amaro Félix foi recolhido à Casa de Detenção de Recife, para cumprir condenação de um ano de prisão. Uma certidão da ABIN, datada de 11/03/2005, informa que ele foi libertado em 24/11/1970. Não há registro de outra prisão, tendo sido sequestrado e desaparecido no segundo semestre de 1971 ou início de 1972.

Em 1963, quando o famoso líder camponês Júlio Santana presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Amaro fazia militância sindical no carnaval e na Usina Central de Barreiros, onde era funcionário e, por causa disso, foi preso diversas vezes. Ao ser demitido do emprego sob alegação de ser agitador, passou a viver de miudezas e da horta que plantava no quintal de casa. Durante o regime militar, chegou a candidatar-se a vereador pelo MDB, mas não se elegeu. Seu último depoimento foi prestado em 07/07/1970, na Casa de Detenção. Pedro Bezerra da Silva, trabalhador rural e companheiro em uma das prisões, declarou ter visto Amaro certo dia, de madrugada, Estava dentro de um jipe de placa branca, deitado debaixo do banco, amarrado por correntes, sendo escoltado por policiais.



MARCOS NONATO DA FONSECA (1953-1972)

Filiação: Leda Nonato Fonseca e Octávio Fonseca Filho

Data e local de nascimento: 01/06/1953, Rio de Janeiro (RJ)

Data e local da morte: 14/06/1972, em São Paulo (SP)

Marcos Nonato era estudante secundarista do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde começou sua militância política. De origem humilde, cuidava dos irmãos menores enquanto seus pais trabalhavam. Morava numa casa muito simples em São Conrado. Tinha admiração especial pela vida e atitudes de Dom Helder Câmara em favor dos necessitados. No final de 1969, com 16 anos, já atuava clandestinamente, militando na ALN. Participou de um assalto a banco, em Belo Horizonte, que terminou na prisão e morte de Aldo de Sá Brito Souza Neto, em janeiro de 1971. Depois disso, retornou ao Rio de Janeiro, sendo posteriormente deslocado para São Paulo, onde foi morto após ser emboscado por agentes do DOI-CODI, juntamente com seus companheiros Iuri Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Correa.

A versão oficial de morte em tiroteio foi derrubada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de acurados exames periciais e depoimento relatando que os três chegaram vivos ao pátio do DOI-CODI, na rua Tutóia.

A mãe de Marcos Nonato guarda a última carta que ele escreveu à família, em 30/12/1971: “Estou escrevendo



novamente, depois de um longo tempo sem mandar notícias. (...) O povo perdeu combatentes de valor, como Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca e tantos outros. Mas, apesar disso, nossa luta não terminou, porque é a luta de um povo contra seus opressores. (...) Não me arrependo do caminho que escolhi. Até uma outra vez. Seu saudoso filho". Morto logo após completar 19 anos, foi enterrado no Cemitério São João Batista (RJ), por seus familiares.



IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO (1947–1972)

Filiação: Aminthas Rodrigues Pereira e Idalísio Soares Aranha

Data e local de nascimento: 21/08/1947, Rubim (MG)

Data do desaparecimento: 12 ou 13/07/1972

Voleiro e cantador, conquistava rapidamente a simpatia daqueles com quem convivia. Em janeiro de 1971, Idalísio e sua mulher Walkíria Afonso Costa, já militantes do PCdoB, decidiram mudar-se para o Araguaia, região do Gameleira, incorporando-se à guerrilha. Em julho de 1972, seu grupo entrou em combate com uma patrulha do Exército, perto da Grota Vermelha. Idalísio desgarrou-se dos companheiros e, em 12/07/1972, ele foi emboscado e morto. A região onde tombou chamava-se Perdidos. Sua morte é descrita por Hugo Studart, no livro "A Lei da Selva: "(...) Levou 53 tiros de metralhadora, inclusive no rosto, e ainda assim conseguiu escapar pela mata. Foi apanhado pelos militares dois quilômetros adiante, agonizando no chão. Um mateiro o executou com um tiro de espingarda Winchester calibre 44. O tiro atingiu sua cabeça, que foi praticamente arrancada do tronco. Idalísio foi levado numa rede para Xambioá a fim de ser identificado. Foi inicialmente enterrado no cemitério local, na ala dos indigentes. Os militares mataram um cachorro e enterraram em cima do seu corpo para futura "identificação". Nascido na cidade mineira de Rubim, mudou-se para Belo Horizonte em 1962, onde estudou no Colégio Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1968 participou da luta dos excedentes por mais vagas no vestibular. Nesse mesmo ano, iniciou o curso de Psicologia na UFMG. Em 1970, casou-se com Walkíria, considerada a última das desaparecidas na guerrilha do Araguaia. Foi eleito presidente do Centro de Estudos de Psicologia de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em 1971.



HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH (1944–1972)

Filiação: Euthália Resende de Souza Nazareth e Adalberto de Assis Nazareth

Data e local de nascimento: 11/01/1944, Cerqueira César (SP)

Data do desaparecimento: 28 ou 29/09/1972

Helenira Resende de Souza Nazareth, codinome Fátima na guerrilha do Araguaia, era militante do PCdoB e morreu entre 28 e 29/09/1972. Foi metralhada nas pernas e torturada até a morte, segundo depoimento da ex-presença política Elza de Lima Monnerat. O jornal A Voz da Terra, da cidade paulista de Assis – onde ela cresceu



- publicou extensa reportagem a seu respeito na edição de 08/02/1979, contando que a coragem da jovem irritou a tropa. No livro “A Lei da Selva”, Hugo Studart relata sua morte como ocorrendo na localidade Remanso dos Botos, em choque com uma patrulha de fuzileiros navais. Ao ser questionada sobre o paradeiro dos companheiros, Helenira teria respondido que poderiam matá-la, pois nada diria.

Nascida em Cerqueira César, no interior paulista, era filha de um médico conhecido e respeitado por suas tendências humanistas. Aos quatro anos, mudou-se para Assis, onde cresceu. Já residente na capital paulista, cursou Letras na Faculdade de Filosofia da USP, sendo eleita presidente do Centro Acadêmico. Tornou-se importante liderança no Movimento Estudantil, onde ganhou o apelido de “Preta”. A primeira prisão de Helenira aconteceu em junho de 1967, quando escrevia nos muros da Universidade Mackenzie: “Abaixo as leis da ditadura”. Voltou a ser presa mais duas vezes, uma delas em Ibiúna (SP) durante o 30º Congresso da UNE, entidade da qual era vice-presidente. Passou pelo Presídio Tiradentes, pela sede do DOPS e pelo Presídio de Mulheres do Carandiru. A família conseguiu libertá-la mediante habeas-corpus na véspera da edição do AI-5. A partir de então, já militante do PCdoB, passou a atuar na clandestinidade, até mudar-se para o Araguaia.

FRANCISCO MANOEL CHAVES (? - 1972)

Filiação: não existem registros

Data e local de nascimento: não existem registros

Data do desaparecimento: 21 ou 29/09/1972

Preso após a derrota da insurreição armada de 1935, foi torturado sob a chefia do comandante Lúcio Meira, sendo mais tarde recolhido ao presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro. O escritor Graciliano Ramos, que conviveu com ele nessa época, narra em Memórias do Cárcere os esforços de Chaves e de outros companheiros para denunciar as condições desumanas em que viviam os detentos. Em 1937 foi expulso da Marinha. Libertado no início da década de 40, participou da Conferência da Mantiqueira, em 1943, sendo eleito suplente do Comitê Central do partido, cargo que exerceu até 1946. Após abril de 1964, militando no PCdoB, foi residir na região de Caianos, no Araguaia, apesar de já passar dos 60 anos. Foi morto provavelmente em 21/09/1972, junto com José Toledo de Oliveira, próximo ao local onde tombou Miguel Pereira dos Santos no dia anterior. O livro “A Lei da Selva”, de Hugo Studart, menciona a seguinte anotação, feita por um comandante da guerrilha: “José Francisco, antigo marinheiro, ingressou no P em 1931. O guerrilheiro mais velho e o único preto do D. Tinha 64 anos, mas possuía muito vigor físico. Chaves era o seu sobrenome (não me recordo do seu primeiro nome (...)) A idade para ele não era empecilho, embora já sentisse o peso dos anos”.

Nas exumações feitas no cemitério de Xambioá por uma Comissão de Familiares, parlamentares, legistas e pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo, em 1991, foram encontrados ossos de um homem negro com mais de 60 anos que, provavelmente, são de Francisco Manoel, mas ainda não foi possível localizar familiares para comprovar o DNA.



IVALDO LUIZ FERREIRA DE SOUZA (1942-1973)

Filiação: Maria Odete de Souza e Favorino Antônio de Souza

Data e local de nascimento: 05/06/1942, Pelotas (RS)

Data e local da morte: entre 07 e 09/01/1973, Olinda (PE)

Evaldo Luiz, gaúcho de Pelotas, marinheiro, participava da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais quando ocorreram as mobilizações na Armada que tentaram impedir a derrubada de João Goulart. Evaldo ficou preso por nove meses depois de abril de 1964, sendo expulso da Marinha. Ao ser libertado, retomou a militância política, vinculando-se ao MNR. Em 1966, foi julgado e condenado a cinco anos de prisão. Optou pelo exílio. Ficou oito anos no exterior, cinco deles em Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha com o objetivo de regressar ao Brasil. Foi morto entre 7 e 9 de janeiro de 1973, juntamente com outros cinco companheiros de militância na VPR – Soledad Barret Viedma, Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques e José Manoel da Silva –, no episódio que ficou conhecido como chacina da Chácara São Bento, no então município de Paulista, na região metropolitana de Recife – PE.

Como se tornou público e notório, o ex-militante Cabo Anselmo, atuava não se sabe desde quando como agente infiltrado dos órgãos de repressão no interior da VPR, sendo responsável pela localização e assassinato de incontáveis militantes dessa e de outras organizações clandestinas de resistência ao regime ditatorial.

A paraguaia Soledad Barret, morta nesse episódio, estava grávida desse agente policial, traidor de seus companheiros. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reuniu consistentes provas periciais e depoimentos derrubando a versão oficial sobre tiroteio e coletando fortes indícios de torturas.



LUIZ JOSÉ DA CUNHA (1943–1973)

Filiação: Maria Madalena da Cunha e José Joviano da Cunha

Data e local de nascimento: 02/09/1943, Recife (PE)

Data e local da morte: 13/07/1973, São Paulo (SP)

O corpo de Luiz José da Cunha, conhecido como Crioulo, foi sepultado no dia 02/09/2006, no Cemitério Parque das Flores, em Recife, ao lado do túmulo de sua mãe. Trinta e três anos tinham se passado desde que ele foi morto pelos órgãos de segurança do regime militar. Sua ossada, sem o crânio, havia sido exumada do cemitério Dom Bosco, em Perus, em 1991, onde seu corpo se encontrava enterrado como indigente. Somente em junho de 2006, um exame de DNA identificou-o.

As fotos do corpo e o parecer dos peritos desmentiram a versão de fuzilamento em local público, ficando evidente a morte sob tortura. Os ferimentos aparentes não condiziam com os produzidos em um tiroteio e a hemorragia interna causadora do óbito localizava-se em um local do corpo sem perfurações. Os responsáveis pelo processo conside-



raram, ainda, o fato de que ele entrou no IML de São Paulo trajando cueca de nylon vermelha e meias pretas, o que anula a possibilidade de ter morrido em confronto de rua.

Nascido em Recife, Luiz José iniciou sua militância no Partido Comunista quando ainda era muito jovem. Em 1965, participou do Comitê Secundarista da Guanabara, no Rio de Janeiro. Fez um curso de formação política marxista, em Moscou, sendo um dos primeiros a aderir à proposta de Carlos Marighella para organizar sua dissidência comunista. Participou de treinamento de guerrilha em Cuba e integrava a alta direção da ALN quando foi morto.



MANOEL ALEIXO DA SILVA (1931–1973)

Filiação: Maria Sabino da Silva e João Aleixo da Silva

Data e local de nascimento: 04/06/1931, São Lourenço da Mata (PE)

Data e local da morte: 29/08/1973, Ribeirão (PE)

Manoel Aleixo da Silva, conhecido como Ventania, veterano militante das Ligas Camponesas e apontado como responsável pelo trabalho rural do PCR, foi preso no dia 29/08/1973, em sua casa, entre Ribeirão e Joaquim Nabuco, na Zona da Mata de Pernambuco. Sua viúva, Isabel Simplicia da Conceição, conta: “Estava em minha casa (...) quando alguns homens (.quatro ou cinco) dizendo ser amigos de Ventania o convidaram para descer o morro e foram em direção a um carro (...) era um carro grande e verde, mais escuro que a cana. Deu para ver os homens de costas, eles estavam vestidos de roupas simples, só que um tinha botas de soldado. Foi tudo muito rápido, botaram Manoel no carro e saíram logo, e nunca mais soube dele vivo”. A versão oficial de que ele teria sido morto em tiroteio foi derrubada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. A sequência dos fatos mais provável é a de que, depois de preso, Ventania foi levado para Recife e, no dia seguinte, para a periferia de Ribeirão, onde seu corpo foi encontrado com um único tiro nas costas.



ROSALINDO DE SOUZA (1940–1973)

Filiação: Lindaura Correia Silva e Rosalvo Cypriano Sousa

Data e local de nascimento: 02/01/1940, Caldeirão Grande (BA)

Data do desaparecimento: entre 16/08 e setembro/1973

Rosalindo de Souza é considerado um dos desaparecido políticos do Araguaia, mas existem alguns relatos sobre sua morte. As versões apresentam algumas contradições, mas a época da morte fica entre agosto e setembro de 1973. Conforme o relatório Arroyo, um dos comandantes da guerrilha, ele e outros companheiros tinham acabado de matar três porcos em uma fazenda da região e se preparavam para voltar ao acampamento quando, “(...) apareceram os soldados, apontando suas armas. Atiraram sobre o grupo. (...). Não tiveram tempo nem de pegar as armas”.



Em reportagens publicadas no jornal O Globo, em 02/05/96 um guia local confirmou essa versão e acrescentou: “Depois de recolher a munição e as armas dos guerrilheiros (...) o major Cid ordenou: ‘Ponha os corpos em cima do burro e enterre os terroristas a três quilômetros de distância em direção ao rio. As covas têm que ficar a um quilômetro e meio de distância uma da outra’. As cabeças dos ‘paulistas’ (guerrilheiros) iam balançando no burro lentamente, totalmente arrebetadas”.

Baiano de Caldeirão Grande, Rosalindo mudou-se para a cidade de Itapetinga, em 1945. Em 1957, já em Salvador, interrompeu a vida escolar para prestar o serviço militar, onde fez cursos de cabo e sargento. Em 1963, já desligado do quartel, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia, passando a trabalhar como escriturário. Cinco anos depois, sendo militante do PCdoB, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico Rui Barbosa, da Faculdade de Direito da UFBA. Tornou-se, então, dirigente estadual do partido na Bahia. Após o AI-5, foi impedido de se matricular na faculdade e mudou-se para o Rio de Janeiro. Rosalindo terminou o curso de Direito na Faculdade Cândido Mendes, voltou a Itapetinga e montou um escritório de advocacia. No ano seguinte, foi denunciado perante a Justiça Militar e julgado à revelia no dia 13/05/1971.



LÚCIA MARIA DE SOUZA (1944–1973)

Filiação: Jovina Ferreira e José Augusto de Souza

Data e local de nascimento: 22/06/1944, São Gonçalo (RJ)

Data do desaparecimento: 24/10/1973

Lúcia Maria de Souza era estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e participava do Movimento Estudantil como integrante do PCdoB, sendo responsável pelo jornal A Classe Operária, no Rio de Janeiro, nos anos de 1969 e 1970. Estagiava no Hospital Pedro Ernesto, quando entrou para a clandestinidade, transferindo-se para a região do Araguaia, onde adotou o codinome Sônia. Destacou-se como parteira e no trabalho de derrubada da mata. Foi ferida e executada em 24/10/1973, próximo da gruta Água Fria, onde seu corpo teria sido abandonado, conforme depoimento de Agenor Moraes da Silva. Seu companheiro, Libero Giancarlo Castiglia, nascido na Itália, também é um dos desaparecidos políticos do Araguaia.

Com base no Dossiê Araguaia, escrito por militares, o jornalista Hugo Studart explica que a guerrilheira, mesmo ferida, se arrastou, embrenhando-se na mata, sendo perseguida por dois militares, entre eles um, de codinome Cid, autor do seguinte relato: “(...) ela estava deitada de costas, com o 38 ainda na mão, muito ferida. Respirava com dificuldade, tinha muitas balas de 9 milímetros no corpo (...) Ao chegar, ela quis levantar a arma. Eu pisei em seu braço e perguntei seu nome. Ela disse: ‘Guerrilheiro não tem nome’. Eu respondi: ‘Nem nome, nem vida’. Eu e o Javali apontamos juntos nossas metralhadoras para dar o tiro de misericórdia. Não soltamos mais os gatilhos(...). Só paramos quando as balas das nossas metralhadoras terminaram. Ela ficou com mais de 80 furos”.



DERMEVAL DA SILVA PEREIRA (1945–1973)

Filiação: Francisca das Chagas Pereira e Carlos Gentil Pereira

Data e local de nascimento: 16/02/1945, Salvador (BA)

Data do desaparecimento: entre janeiro e 28/03/1974

Dermeval da Silva Pereira era advogado e militante do PCdoB. Vivendo clandestinamente na região do Araguaia, estabeleceu-se na localidade chamada Metade, onde era conhecido como João Araguaia. No livro “A Ditadura Escancarada”, escreve o jornalista Elio Gaspari: “João Araguaia (...) foi com o guerrilheiro Manoel à casa de um lavrador para devolver-lhe o filho Sebastião, que acompanhara a guerrilha. (...) O pai do menino foi para a Bacaba e avisou os militares. Voltou com doze soldados. (...) deu-se um tiroteio. Manoel, ferido, foi morto com um tiro na cabeça. Tempos depois, magro, amarelado e cabeludo, João pediu a um lavrador que o entregasse ao Exército. Foi metralhado na Bacaba”. Um relatório datado de 28/01/2002 informa: “João Araguaia (...), que se entregou ao Exército na casa de um depoente (...) foi visto por outro depoente na base da Bacaba, quando estaria sendo transferido para Marabá. Teria sido morto por ter jogado um copo d’água em um militar”. Um relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, diz que Dermeval foi morto em 28 de março de 1974. Já o livro “A Lei da Selva”, de Hugo Studart, aponta sua morte como ocorrida em janeiro de 1974.

Baiano de Salvador, Dermeval começou a cursar Direito da Universidade Federal da Bahia, onde foi diretor do Centro Acadêmico. Expulso da Universidade por força do Decreto 477, transferiu-se para a Universidade Católica de Salvador, onde concluiu o curso, passando a advogar. Em 1971, foi processado e condenado à revelia pela Auditoria Militar de Salvador por sua atuação política.



ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA (1943-1974)

Filiação: Maria Jardimina da Costa e João Lino da Costa

Data e local de nascimento: 12/06/1943, Luís Correa (PI)

Data do desaparecimento: entre janeiro e 05/03/1974

Antônio de Pádua Costa, o Piauí, integrante do PCdoB foi um dos dirigentes da Guerrilha do Araguaia. As informações sobre sua morte, ocorrida entre janeiro e março de 1974, são contraditórias. O livro Operação Araguaia, de Tais Moraes e Eumano Silva, relata: “Preso na casa do morador Antônio Almeida, foi obrigado a andar com o Exército (...) Levou os militares a esconderijos vazios. O ex-guia do Exército Manoel Leal de Lima, o Vanu, afirmou (...) tê-lo visto preso na base de Bacaba. Algum tempo depois, encontrou o corpo na mata, ao lado de outros dois guerrilheiros. Piauí é apontado em duas fotos dos arquivos do Ministério Público. Em uma, está cercado de militares armados. Na outra aparece dentro de um buraco (...)”.

A militância política de Piauí começou na faculdade de Astronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde



estudava entre 1967 e 1970. Ele fez parte do Diretório Acadêmico do Instituto de Física e integrou o Conselho do Dormitório do Alojamento do “Fundão”. Preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), foi indiciado em inquérito e passou a ser perseguido pelos órgãos de segurança. Optou pela clandestinidade, quando já era militante do PCdoB, mudando-se para o Araguaia em 1970.



OSVALDO ORLANDO DA COSTA (1938–1974)

Filiação: Rita Orlando dos Santos e José Orlando da Costa

Data e local de nascimento: 27/04/1938, Passa Quatro (MG)

Data do desaparecimento: entre janeiro e abril de 1974

Osvaldo Orlando da Costa – Osvaldão, como era conhecido – foi o primeiro enviado do PCdoB ao Araguaia, ainda nos anos 60. Com 1,98m de altura, forte e alegre, era muito respeitado pelos moradores da região e por seus companheiros, tendo fama de corajoso. Os militares, ao contrário, temiam sua figura mítica. José Rufino Pinheiro, guia da região, testemunhou ter visto a sua execução, ocorrida em abril de 1974. Segundo ele, Osvaldão, muito magro e com fome, encontrava-se de costas, sentado num tronco caído e comendo macaxeira, quando foi alvejado com um único tiro de uma cartucheira. Seu corpo foi pendurado por cordas em um helicóptero, que o levou até o acampamento militar de Bacaba e de lá para Xambioá. Posteriormente, sua cabeça foi exposta em público. O cadáver foi violado por chutes, pedradas e pauladas desferidas pelos soldados, sendo finalmente queimado e jogado na vala conhecida como “Vietnã”, onde eram lançados os mortos e moribundos.

Mineiro de Passa Quatro, Osvaldão morou em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, onde se formou Técnico de Construção de Máquinas e Motores. Como atleta, vinculou-se ao Botafogo, sendo campeão carioca de boxe. Ainda no Rio, tornou-se oficial da reserva do Exército. Viajou para a antiga Tchecoslováquia, onde cursou até o 3º ano de Engenharia de Minas, em Praga. Causou tal impacto que inspirou o escritor tcheco Cytrian Ekwensi a escrever o livro “O homem que parou a cidade”, em 1962. Logo depois de abril de 1964, quando já militava no PCdoB, passou a viver na clandestinidade, teria participado de treinamento militar na China e se transferiu para o Araguaia no final de 1966, onde entrou na mata como garimpeiro e mariscador.



DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA (1945–1974)

Filiação: Elza Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira

Data e local de nascimento: 16/05/1945, Castro Alves (BA)

Data do desaparecimento: julho de 1974

Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, transformou-se em lenda na região do Araguaia, onde se acreditava na sua capacidade de virar borboleta para despistar os militares. Fazendo papel de professora e parteira entre os nativos, destacou-se também como exímia atiradora e por participar em várias ações armadas.



Na guerrilha, foi a única mulher a alcançar um posto de comando. Dina estava grávida quando foi presa, segundo várias testemunhas, inclusive o coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral. Hugo Studart - autor do livro "A Lei da Selva" - conta outra versão: "Levada para interrogatório em Marabá, permaneceu por cerca de duas semanas nas mãos de uma equipe de inteligência militar. Estava fraca, desnutrida, havia quase um ano sem comer sal ou açúcar. Por causa da tensão, fazia seis meses que não menstruava. No início de julho (...) levaram-na de helicóptero para algum ponto da mata espessa, perto de Xambioá...(...) 'Vou morrer agora?', perguntou a guerrilheira. 'Vai, agora você vai ter que ir', respondeu Ivan (chefe da equipe). 'Eu quero morrer de frente', pediu. 'Então vira pra cá'. Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho que medo - relataria mais tarde o militar aos colegas de farda". O primeiro tiro lhe atingiu o peito, o segundo, a cabeça."

Baiana de Castro Alves, mudou-se para Salvador onde se formou em Geologia pela Universidade Federal. Quando morava na Casa do Estudante, participou ativamente do Movimento Estudantil. Em 1969, já era militante do PCdoB, quando casou com Antônio Carlos Monteiro Teixeira, seu colega de turma e partido. No mesmo ano, o casal mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ambos trabalharam no Ministério de Minas e Energia. Em maio de 1970, foram deslocados para a região do Araguaia.



IEDA SANTOS DELGADO (1945 – 1974)

Filiação: Eunice Santos Delgado e Odorico Arthur Delgado

Data e local de nascimento: 09/07/1945, Rio de Janeiro (RJ)

Data e local do desaparecimento: 11/04/1974, São Paulo (SP)

Ieda Santos Delgado era advogada, funcionária do Ministério de Minas e Energia. Falava francês, italiano, inglês e espanhol, e trabalhou no suplemento literário do jornal Tribuna da Imprensa. Militante da ALN, conseguiu manter a vida em completa legalidade até ser presa em São Paulo, em 11/04/1974, quando desapareceu. Ieda - que era nascida e vivia no Rio de Janeiro - havia viajado à capital paulista com o objetivo de buscar passaportes para um casal que precisava deixar o país. Nunca retornou. Por telefone - anônimo, sua família soube que ela tinha sido presa. A mãe, Eunice, iniciou uma busca desesperada e chegou a ser informada que a filha estivera presa em Campinas (SP), tendo sido hospitalizada em função das torturas, e também em Piquete (SP), onde permanecera por pouco tempo. Tais informações, oficiosas, nunca foram confirmadas. Um mês depois, passou a receber cartas da filha, inicialmente postada de Belo Horizonte e depois do Uruguai. Eunice fez exames grafológicos e constatou a autenticidade da letra, mas jamais encontrou a filha.



EDMUR PÉRICLES CAMARGO (1914 – 1974)

Filiação: Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça

Data e local de nascimento: 04/11/1914, São Paulo (SP)

Data e local do desaparecimento: julho de 1974

Edmur Péricles Camargo, jornalista e militante do PCB, atuou durante as mobilizações camponesas entre 1951 e 1953, na região de Porecatu, no Paraná. Este capítulo histórico da luta pela reforma agrária no Brasil incluiu choques armados e cidades ocupadas. Exilado no Uruguai depois de abril de 1964, retornou ao Brasil e trabalhou em duas publicações do PCB: Tema e Combate. Acompanhou Marighella na cisão do partido, que gerou primeiramente o Agrupamento Comunista de São Paulo e depois a ALN. Em maio de 1969, porém, Edmur se afastou de Marighella e se mudou para o Rio Grande do Sul, passando a ser chamado de “Gauchão”. Fundou ali um pequeno agrupamento clandestino, responsável por algumas poucas ações armadas, que se intitulou M3G, significando Marx, Mao, Marighella e Guevara.

A onda de prisões que se seguiu a uma tentativa frustrada da VPR de seqüestrar o cônsul norte-americano em Porto Alegre terminou atingindo Edmur, que foi preso em abril de 1970. Banido do país em janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço no Brasil, foi para o Chile junto com outros 69 presos políticos. Permaneceu naquele país até o golpe que derrubou Salvador Allende, em setembro de 1973, quando se refugiou na Argentina. Uma das poucas informações a respeito de seu desaparecimento aparece num Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993: “Jun/75, preso por autoridades brasileiras e argentinas quando seu avião fez pouso em Buenos Aires, em viagem do Chile para o Uruguai”.



ONOFRE PINTO (1937-1974)

Filiação: Maria Pinto do Rosário e Júlio do Rosário

Data e local de nascimento: 26/01/1937, Jacupiranga (SP)

Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR)

Onofre Pinto era sargento do Exército e foi atingido pelo primeiro Ato Institucional, em abril de 1964. No mesmo ano, soube que estava com prisão preventiva decretada por sua participação no “Movimento dos Sargentos”, do período anterior ao regime militar. Paulista de Jacupiranga, era formado em contabilidade e casado com Idalina Maria Pinto, com quem teve uma filha.

Fundador e um dos principais dirigentes da VPR, teve participação destacada no episódio em que o capitão do Exército Carlos Lamarca abandonou seu quartel em Quitaúna, Osasco, em janeiro de 1969, levando consigo forte armamento para as atividades de resistência ao regime militar.

Preso dois meses depois, Onofre foi submetido a violentas torturas, sendo um dos quinze presos políticos libertados em troca do embaixador norte-americano seqüestrado pelo MR-8 e pela ALN em setembro do mesmo



ano. Seu desaparecimento compõe um dos episódios ainda mais cercados de mistério e controvérsias em todo o ciclo dos chamados anos de chumbo.

Depois de não ter acatado repetidos alertas de que o cabo Anselmo, seu companheiro na VPR e amigo pessoal, estava trabalhando para os órgãos de repressão, Onofre teria liderado um pequeno comando guerrilheiro que ingressou no Brasil pela região de Foz do Iguaçu, sendo imediatamente aniquilado na cidade de Medianeira. Algumas versões apontam no episódio, taxativamente, uma armadilha montada pelos próprios órgãos de inteligência do regime militar. Desapareceram com ele Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Vitor Carlos Ramos e o argentino Enrique Ernesto Ruggia.



ITAIR JOSÉ VELOSO (1930 – 1975)

Filiação: Zulmira Maria Teodora e Sebastião Veloso

Data e local de nascimento: 10/06/1930, Faria Lemos (MG)

Data e local do desaparecimento: 22/05/1975, Rio de Janeiro (RJ)

O pouco que se sabe a respeito do desaparecimento de Itair é que ele saiu de casa para encontrar companheiros do PCB e disse à sua mulher que voltaria ao meio-dia, para ir ao médico com ela. Um Relatório do Ministério da Marinha informa: “set/75 – está preso e sendo processado por atividades subversivas do PCB”. Em entrevista à revista Veja, o sargento Marival Chaves, ex-agente do DOI-CODI, afirmou que Itair morreu de choque térmico, sob tortura, imerso em água gelada, numa casa de Itapevi, na Grande São Paulo. Seu corpo sem vida teria sido jogado da ponte na represa de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo. O documentário Memória para uso diário, realizado por Beth Formaggini para registrar os 21 anos de atividade do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, inclui imagens sobre a saga de sua mulher, Ivanilda, há mais de três décadas buscando pistas do marido.

Natural da pequena cidade mineira de Faria Lemos, Itair trabalhou como montador de calçados e apontador de obras, tornando-se ativo sindicalista. Em 1953, integrou-se à Juventude do Partido Comunista e, em 1961, à direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Niterói e Nova Iguaçu, alçando em seguida o posto de secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil. Durante o governo João Goulart, Itair liderou uma delegação sindical brasileira que viajou para um encontro internacional de sindicalistas em Moscou. Após abril de 1964, Itair sofreu perseguições e teve sua residência invadida pelo DOPS de Niterói, sendo saqueada pelos agentes policiais. Foi processado pela Justiça Militar, o que o obrigou à militância política clandestina.



JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA (1943 – 1975)

Filiação: Maria dos Santos Montenegro e Francisco Montenegro de Andrade

Data e local de nascimento: 27/10/1943, Itapipoca (CE)

Data e local do desaparecimento: 29/09/1975, São Paulo (SP)

Montenegro era cearense de Itapipoca, nascido em família muito humilde. Em Fortaleza, na Escola Técnica do Ceará, começou a participar do Movimento Estudantil secundarista. Em 1963, foi eleito para a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais – UNETI -, com sede no Rio de Janeiro. Por essa época já tinha ligações com o PCB.

Com quase dois metros de altura, era conhecido pelo apelido de Monte e, segundo amigos, “nunca perdeu a esportividade”. A princípio manteve vida legal, após abril de 1964, mas sofreu perseguição e dificuldades tanto para trabalhar quanto para estudar. Foi obrigado, então, a viver na clandestinidade, morando em diversos estados. Sua prisão ocorreu em 29/09/1975, no bairro da Bela Vista, em São Paulo, quando pertencia ao Comitê Central do partido, sendo seu responsável pela Juventude.

Segundo o livro “Brasil Nunca Mais”, Montenegro foi levado a um sítio clandestino dos órgãos de repressão. Em “A Ditadura Encurralada”, Elio Gaspari escreve: “assassinaram-no com uma injeção de matar cavalos”. A informação baseia-se na entrevista que o ex-agente Marival Chaves do Canto deu à revista Veja, em 18/11/1992. Nessa matéria, Marival também afirma: “O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima. Mas esse é um caso especial.(...) Porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Logo depois da invasão da gráfica do Voz Operária, Montenegro recebeu do partido 60.000 dólares para recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou-o com a injeção, e depois foi na sua casa pegar os 60.000 dólares. O dinheiro foi rateado na cúpula do DOI”.



BENEDITO GONÇALVES (1931 – 1979)

Filiação: Maria Júlia e João Gonçalves

Data e local de nascimento: 20/08/1931, Carmo da Mata (MG)

Data e local da morte: 20/08/1979, Divinópolis (MG)

Benedito Gonçalves morreu em consequência de traumatismo craniano provocado por um golpe de cassetete desferido por um policial militar, em 13/08/1979. Ele participava de um piquete de greve em frente à Companhia Siderúrgica Paim, em Divinópolis, Minas Gerais. De acordo com o noticiário da época, o sindicalista foi levado ao Hospital São João de Deus e recebeu alta com um curativo na cabeça. Porém, seu estado de saúde se agravou e, no dia seguinte, precisou ser atendido novamente no hospital, onde o encaminharam para tratamento neurocirúrgico. Segundo o diretor clínico do estabelecimento, Alair Rodrigues de Araújo, Benedito ficou internado



no Centro de Tratamento Intensivo após a operação, ali permanecendo até morrer, no dia 20/08/1979, data em que completava 48 anos. O laudo atestou fratura no crânio como causa mortis. Seu enterro foi acompanhado por cerca de mil trabalhadores metalúrgicos e populares, que seguiram o cortejo a pé ou de bicicleta. Era casado com Maria da Conceição Gonçalves e tinha três filhos.



SANTO DIAS DA SILVA (1942 – 1979)

Filiação: Laura Amâncio e Jesus Dias da Silva

Data e local de nascimento: 22/02/1942, Terra Roxa (SP)

Data e local da morte: 30/10/1979, em São Paulo (SP)

Santo Dias foi morto pela Polícia Militar no dia 30/10/1979 quando liderava um piquete de greve, em frente à fábrica Silvânia, no bairro paulista de Santo Amaro. Um dos seus companheiros, Luís Carlos Ferreira, integrante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, publicou no boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o seguinte relato: “Eu vi o Santo ser atingido na barriga, de lado, e o tiro sair de outro lado. Escutei gritos. E o Santo caiu no chão. (...)” O corpo de Santo foi velado durante toda a noite na Igreja da Consolação, no centro da cidade. Na manhã seguinte, 10 mil pessoas, com faixas e palavras de ordem, acompanharam o cortejo daquela igreja até à Catedral da Sé, gritando palavras-de-ordem. Foi uma das maiores manifestações populares do período. De lá, a passeata conduziu o caixão até a Catedral da Sé, onde o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns concelebrou, com vários outros bispos, uma missa de corpo presente, antes do enterro seguir para o cemitério do Campo Grande, na zona sul de São Paulo. O atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva - que em maio daquele ano tinha liderado uma histórica greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista - participou do enterro e atuou como liderança nas manifestações e discursos.

Quando morreu, Santo trabalhava como motorista de empilhadeira na Metal Leve S/A. Tinha sido lavrador, colono, diarista e bóia-fria no interior de São Paulo. Em 1961, foi expulso com a família da fazenda onde morava, por exigir registro na carteira profissional. Como trabalhador de fábrica, experimentou várias vezes a demissão como represália por sua participação em reivindicações salariais. Participou também do Comitê Brasileiro pela Anistia em São Paulo. Era casado e pai de dois filhos.



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Edson Santos

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo Vannuchi

Secretário Adjunto SEDH/PR
Rogério Sottili

Coordenadora do Projeto Direito à Memória e à Verdade SEDH/PR
Vera Rotta

Edição
Rosina Duarte

Projeto gráfico, editoração e Produção
Cristina Pozzobon

Capa
**Arte de Cristina Pozzobon sobre foto de “Navio Negreiro”, escultura
em madeira do artesão José Alves de Olinda**

Impressão
Comunicação Impressa

Brasília, junho de 2009

Os textos deste catálogo foram extraídos do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em 2007. Todos os casos aqui relatados foram objeto de processo na referida Comissão e os familiares das vítimas indenizados pelo Estado brasileiro. A íntegra do livro, com os textos completos pode ser acessada pelo site www.sedh.gov.br.